

## **A greve dos tecelões cariocas de 1952 e o pacto de colaboração de classes no 2º. Governo Vargas**

Até o ano de 1952, o operariado aparecia simplesmente como uma força de apoio ao governo, respaldando-o no seu objetivo de aumentar a produtividade da economia e impulsionar a industrialização. Num episódio importante, a greve dos tecelões cariocas, a atitude de Getúlio Vargas foi a de considerá-la um “problema para o governo”, por sua repercussão no meio militar. O relato a seguir baseia-se no depoimento de Hércules Correia [1] que participou de todo o movimento grevista.

O contexto era o seguinte: as condições de trabalho nas fábricas de tecido eram simplesmente “draconianas”, “miseráveis”; os salários muito baixos, porque se havia o salário mínimo, a maioria ganhava por tarefa, uma remuneração pouco acima do mínimo pela qual o operário tinha de labutar terrivelmente. Os trabalhadores não recebiam aumento desde 1951, mas o aumento decretado por Getúlio Vargas nesse ano, além de insuficiente, tinha sido corroído pela inflação.

A greve dos tecelões por aumento salarial durou 52 dias, de dezembro de 1952 a janeiro de 1953, chegou a provocar a morte de um operário e ferimentos em mais de uma dezena. Envolveu 35.000 operários, com a ocupação dos principais pontos da cidade do Rio de Janeiro por “bancos precatórios” [2].

A greve foi preparada durante seis meses, a partir da organização de “comissões de fábrica”, levantamento do custo de vida feito com base em “notas de compra com cadernos de armazém” em várias partes da cidade [3] e da comissão da campanha salarial para negociar com o patronato. Na ocasião do dissídio, cada seção de fábrica organizava uma comissão com 5 a 10 pessoas, para visitar um juiz do Trabalho e entregar-lhe a estatística do custo de vida elaborada pela comissão da campanha. O Tribunal Regional do Trabalho aprovou este aumento mas o patronato recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho.

*Aí o TST jogou a sentença do TRT em baixo, entendeu? E dando menos. Aí nós concentramos a massa ali na [avenida] Almirante Barroso – foi o dia do*

---

<sup>1</sup> Entrevista de Hércules Corrêa dos Reis concedida a Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso e Eduardo Navarro Stotz em 17 de maio de 1985. Fitas 8 e 9, SFC 056 e 057. Arquivo Histórico do Museu Da República.

<sup>2</sup> Grupos de 50 trabalhadores que saíam pelas ruas com a bandeira do sindicato ou do Brasil, pedindo ajuda para a greve, em dinheiro ou em gêneros.

<sup>3</sup> O levantamento foi motivado, de acordo com Hércules Corrêa, pela suspeita em relação ao Ministério do Trabalho, “porque o SEPT [Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho] era muito manipulado quando interessava o governo – qualquer tipo de governo. Ele jogava as estatísticas que lhe convinha em cada momento.” (Entrevista, idem.)

*juízo do TST – parou tudo, desceu a massa operária toda. Foi dado o resultado do juízo, contra nós, um aumento abaixo. Aí nós organizamos uma passeata até a Câmara Federal, Palácio Tiradentes, decretamos a greve ali, fizemos uma passeata para o sindicato lá na Praça da Bandeira, na Mariz e Barros, 65.*

Por ser uma greve contra o TST, foi considerada ilegal. A diretoria do sindicato e a comissão da campanha salarial, esta última transformada em comando de greve, conseguiram, nos termos do TRT, acordos separados com as fábricas São Luiz Durão e Bangu. A conquista parcial deu força para a continuidade do movimento grevista que apenas terminou com a intervenção direta de Getúlio Vargas. Esse evento narrado por Hércules Corrêa – no qual o Presidente da república mandou chamar a diretoria e o comando de greve – merece ser integralmente transcrito:

*Ele ficou ali naquela entrada que tem aquela escada. Ele desceu, ficou quase perto de nós – assim uns cinco degraus acima e o Gregório Fortunato ficou lá em cima com a metralhadora na mão, no canto. E ele foi, fez uma falação para nós, dizendo o seguinte: ‘Olha, essa greve precisa terminar. Ela está causando problemas ao governo. Os patrões se comprometeram comigo que pagam nos termos da decisão do TRT, o complemento vai ser dado como ação espontânea deles. Não sei se vai fazer referência ao TRT. Eles vão dar além da decisão do TST mais tanto que complementa a decisão do TRT. Então essa greve precisa ser suspensa hoje porque ela está causando problemas no governo, está causando problemas no meio militar e eu quero dizer claramente para vocês que todos vocês, dirigentes dessa greve, vão ser demitidos. Nenhum trabalhador vai ser demitido mas vocês serão.*

A subordinação dos sindicatos ao governo era, é claro, um ato de vontade política. A greve caíra no meio de um conflito nas “alturas do poder” e os dirigentes dos trabalhadores avaliaram ser mais importante o apoio ao governo de Vargas do que a independência do movimento.

A decisão presidencial foi anunciada na Voz do Brasil. Os dirigentes e o comando de greve resolveram não falar sobre as demissões da liderança na assembleia que aprovou o fim da greve. O patronato organizou-se e pagou a indenização dos 18 operários do comando de greve, os quais foram então incluídos numa “lista negra” divulgada em todas as fábricas.

Em março de 1953 esta situação foi superada com a greve geral dos operários de São Paulo, na qual se criou, com o Pacto de Unidade Intersindical, o pressuposto de uma organização que se sobrepunha à estrutura sindical atrelada ao Estado, com influência do Partido Comunista Brasileiro. Logo em julho foi do mesmo ano os marítimos desencadearam uma greve nacional, quando então Vargas, para manter o

controle trabalhista sobre os sindicatos, nomeou João Goulart para a pasta do Ministério do Trabalho. Uma política de elevação do salário mínimo e a nova relação de Jango com o operariado suscitou na burguesia o temor da instauração de uma república sindicalista no Brasil, acompanhando o peronismo na Argentina. Foi assim que a oscilação do pêndulo político do governo de Vargas para a “esquerda” iniciou a crise do pacto de colaboração de classes em que se sustentava e abriu caminho para o golpismo. Mas este é a história de um novo e turbulento capítulo na História do Brasil que teve seu desfecho em 31 de março de 1964. [4]

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2001, 08 de janeiro de 2014.

---

<sup>4</sup> STOTZ, Eduardo Navarro e LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-55) In: Rio de Janeiro Operário.1ª. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992, v.1, p. 222-265.